



CÂMARA em REVISTA

INFORMATIVO MENSAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE NITERÓI

Ano I - nº 3
junho de 2011

Rua Nóbrega pode ter polo gastronômico

A proposta apresentada pelo vereador Rodrigo Farah, para disciplinar o uso da rua por bares e restaurantes foi debatida em concorrida audiência pública na Câmara. **Pág. 5**

Faltam 23 mil moradias para baixa renda

A revelação foi feita pelo secretário de Habitação, Marcos Linhares, em audiência presidida pelo vereador Beto da Pipa, sobre as metas a serem seguidas pelo município. **Página 14**

192 anos da Câmara reúne instituições

Os preparativos para a festa dos 192 anos da Câmara, em 11 de agosto, reuniram representantes de instituições públicas e privadas para organizar um dia de ação social. **Pág. 4**

Cronômetro marcará tempo de discursos

Para tornar mais dinâmico o uso da tribuna durante sessões plenárias, a Mesa Diretora da Câmara resolveu instalar um cronômetro para avisar sobre o tempo regimental. **Pág.15**

Eleitor diz em quê governo deve gastar

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deve ser publicada até o dia 30 de junho, depois de ter sido analisada e discutida na Câmara de Vereadores desde maio, inclusive com a realização de três audiências públicas para a sociedade manifestar em quê o governo deverá aplicar o orçamento municipal de 2012. **Págs.2 e 3**



Carlos Macedo preside a audiência pública em que a sociedade discute a nova LDO

Defesa do ambiente vai às ruas da cidade

Para fiscalizar o que se passa em toda a cidade, a Comissão Permanente de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade (COMARHS) resolveu funcionar com um Gabinete Itinerante. Durante a abertura da Semana do Meio Ambiente, o vereador José Antonio Fernandez, Zaff, que preside a Comissão, levou ao plenário alunos das redes pública e particular de Niterói, e mais de 1.200 pessoas participaram de palestras, exposições e concursos sobre a importância de preservar o planeta, realizadas na Câmara e em alguns pontos da cidade. **Página 4**



Estudantes visitam a exposição de plantas instalada no hall da Câmara de Vereadores

Sérgio Gomes

Câmara Municipal de Niterói

Mesa Diretora

Biênio 2011/2012

Presidente: Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal

1º Vice-presidente: Carlos Alberto Pinto Magaldi

2º Vice-presidente: Padre Wilde Ricardo

1º Secretário: Emanuel Rocha

2º Secretário: Sergio Fernandes

Comissões Permanentes:

Comissão de Constituição e Justiça

Presidente: Rodrigo Farah

Vice-presidente: Renato Cariello

Membros: Carlos Alberto Magaldi,
Leonardo Giordano e Roberto
Fernandes Jales (Beto da Pipa)

Vice-Presidente: Gezivaldo R. de Freitas
(Renatinho)

Membros: Emanuel Rocha, Rodrigo Farah
e Waldeck Carneiro

Comissão de Finanças e Orçamento, Defesa do Consumidor e Direitos do Contribuinte

Presidente: Carlos Macedo

Vice-Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)

Membros: Sergio Fernandes, Waldeck
Carneiro e Emanuel Rocha.

Comissão de Ciência e Tecnologia e Formação Profissional

Presidente: Waldeck Carneiro

Vice-Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)

Membro: Sergio Fernandes

Comissão de Urbanismo, Transportes, Obras e Serviços Públicos

Presidente: Roberto Fernandes Jales
(Beto da Pipa)

Vice-Presidente: Carlos Macedo

Membros: Renato Cariello, Rodrigo Farah e
José Vitor Bissonho Júnior

Comissão de Esporte, Turismo e Lazer

Presidente: Luiz Carlos Gallo de Freitas

Vice-Presidente: Gezivaldo R. de Freitas
(Renatinho)

Membro: Carlos Alberto P. Magaldi

Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade

Presidente: Edgar Folly (titular) -
Zaff (suplente)

Vice-Presidente: Roberto Jales (Beto da Pipa)

Membros: Carlos Macedo, Milton Carlos
Lopes (CAL) e Padre Wilde Ricardo

Comissão de Segurança Pública e Controle Urbano

Presidente: Renato Cariello

Vice-Presidente: Carlos Alberto P. Magaldi

Membro: José Augusto Vicente

Comissão de Educação e Cultura

Presidente: José Vitor Bissonho Júnior

Vice-Presidente: Waldeck Carneiro

Membros: Sergio Fernandes, Carlos
Macedo e Padre Wilde Ricardo

Comissão de Direitos Humanos, da Criança, do Adolescente, do Idoso, da Mulher e da Pessoa com Deficiência

Presidente: Gezivaldo Ribeiro de Freitas
(Renatinho)

Vice-Presidente: Padre Wilde Ricardo

Membros: Luiz Carlos Gallo de Freitas,
José Vitor Bissonho Júnior e Waldeck
Carneiro

Comissão Administração, Estatística e Servidores Públicos

Presidente: José Augusto Vicente

Vice-Presidente: Luiz Carlos Gallo de Freitas

Membro: João Gustavo

Comissão de Fiscalização das Fundações Municipais, Autarquias e Empresas Públicas

Presidente: Leonardo Giordano

Vice-Presidente: José Augusto Vicente

Membro: Milton Carlos Lopes (CAL)

Comissão de Saúde e Desenvolvimento Social

Presidente: João Gustavo

Comissão de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval

Presidente: Milton Carlos Lopes (CAL)

Vice-Presidente: Renato Cariello

Membro: Waldeck Carneiro

Avenida Emani do Amaral Peixoto nº 625 Centro, Niterói, RJ - CEP: 24020-073

Tel: (21) 3716-8600 - www.camaraniteroi.rj.gov.br

Informativo mensal da Câmara de Vereadores de Niterói

Conteúdo: Assessoria de Comunicação Social (jornalista responsável: Vinicius Martins)

Edição: Nota Bene Editora (editor: Gilberto Fontes) - Textos: Eduardo Garnier

Fotos: Luiz Barros, Sérgio Gomes e Arquivo da Câmara

LDO, le o Orçamento

Criada para estabelecer as prioridades do Poder Executivo para o ano seguinte, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi analisada e discutida na Câmara de Vereadores em maio e agora em junho tem o dia 30 como prazo final de votação e publicação. "ALDO é a segunda peça do que chamamos de triângulo orçamentário. A LDO parte do encaminhamento proposto pelo Plano Plurianual (PPA), estabelecido pela Prefeitura no primeiro ano de cada governo. De forma mais simples, podemos dizer que o PPA é a meta definida pelo prefeito Jorge Roberto quando foi eleito", explica o vereador Carlos Macedo.

Como presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Defesa do Consumidor e Direitos dos Contribuintes, cabe a Macedo a tarefa de convocar e presidir as audiências públicas. "Tanto o Estatuto da Cidade, quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal, determinam que a LDO seja discutida em audiência pública, mas não define quantas devam ser realizadas. Aqui em Niterói fazemos sempre três", ressalta Macedo. O prazo máximo legal para que a LDO dê entrada na Câmara não pode ultrapassar 15 de abril. Este ano ela chegou um dia antes.

Assim que a mensagem do Executivo é recebida pelo Departamento Legislativo da Casa, é protocolada e transformada em peça processual. Depois de encaminhada ao gabinete da presidência, é lida em plenário durante sessão aberta e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. "Após este rito é que chega à Comissão de Finanças. Depois de cumprido o prazo máximo de dez dias em cada comissão pertinente, convocamos a primeira audiência pública. Nesse momento, as entidades de classe, a sociedade civil, organizações não-governamentais, vereadores ou qualquer cidadão podem sugerir emendas. Sempre pedimos que a proposta não seja feita apenas durante a audiência, mas que vire uma proposição escrita", revela Carlos Macedo. As sugestões podem ser feitas até 10 de junho.

Cumprida a exigência das audiências públicas é hora de a Comissão de Finanças e Orçamento trans-

Lei que diz como usar o orçamento, em votação

Como é elaborada a Lei de Diretrizes Orçamentárias



formá-las em emendas. “É importante destacar que nem tudo o que for sugerido poderá ser incluído na LDO. Dependendo do assunto pode ser remetido a outras comissões e a matéria é discutida também com o Executivo, através dos secretários e técnicos de cada secretaria ou órgão público. Todas as que foram aproveitadas são incorporadas e seguem à votação em plenário”, conta Carlos Macedo.

A fase seguinte é submeter a duas votações em plenário com intervalo mínimo de 48 horas. “Se aprovada, com ou sem emendas, volta para o Executivo. Este tem que sancionar e publicar em Diário Oficial até 30 de junho”, diz Macedo.

Com a aprovação e sanção da LDO é a vez de a Lei Orçamentária Anual (LOA) ser votada. “A LDO traça metas, propostas, diretrizes, con-

forme o próprio nome sugere; mas não fala em valores. A LOA é que vai definir quanto será gasto, investido, empenhado em cada setor ou programa de governo”, enfatiza.

O vereador Carlos Macedo lembra que é importante a participação da população nas audiências públicas da LDO. “Porém, ainda é muito tímida essa participação. Importante é que se você faz sugestão e ela é acatada, entra no Orçamento e se, por algum motivo, o Executivo não desenvolve, você pode cobrar”, conclui.

A LDO pode ser consultada através do site www.camaraniteroi.rj.gov.br.

Responsabilidade Fiscal

A Câmara de Vereadores sediou, no início do mês, o seminário “Lei de Responsabilidade Fis-

cal e sua Aplicabilidade”. Promovido pela Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj), teve como objetivo propiciar, principalmente aos legisladores que atuam na fiscalização do cumprimento das leis, o conhecimento sobre elas, abordando os fundamentos teóricos e normativos que regem as finanças públicas, crédito público, a intervenção estatal e o endividamento do setor público no Brasil.

A parceria com a Câmara de Niterói marcou o início da atuação da Escola do Legislativo junto às Câmaras de todo o Estado em 2011. As demandas por ações de formação, tendo como referência a LRF, são muitas. O seminário foi gratuito e destinado aos vereadores e servidores da Casa. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail escola.camara@alerj.rj.gov.br ou pelo telefone (21) 2588-1373.



Meio ambiente vai ser itinerante

Cerca de 1.200 pessoas, entre estudantes, ambientalistas e a população em geral, passaram pela Câmara de Vereadores durante as comemorações da Semana do Meio Ambiente. Exposição de plantas nativas e exóticas, aquários de peixes, fotografias de áreas de preservação permanente da cidade e informações sobre coleta seletiva e poluição do ar, foram alguns dos assuntos que o visitante pôde encontrar diariamente no plenário e nos halls de entrada e laterais da Câmara.

Foram realizadas também outras ações fora da Câmara, todas promovidas pela Comissão Permanente de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade (COMARHS), que passa a contar, a partir de agora, com um Gabinete Itinerante. Durante a abertura da Semana, o vereador José Antonio Fernandez, o Zaff, que preside a COMARHS, levou ao plenário alunos das redes pública e parti-

cular de Niterói. Palestras, exposições e concursos serviram para chamar a atenção quanto à importância de preservar o planeta.

“Já temos uma van adaptada para circular por toda a cidade. Este veículo será a nossa ferramenta para integrar a população e o Legislativo niteroiense. Queremos ouvir sugestões e realizar fiscalizações de condutas irregulares que agridam o ambiente. Como ex-secretário de Meio Ambiente sei que os problemas são muitos, e nem sempre notificados. Por isso vamos aonde estiver o problema”, ressaltou Zaff.

Palestras sobre “Resíduos da Construção Civil” e “Transporte e Sustentabilidade”, entre outros temas, e exposição ecológica nos corredores da Câmara, na Praia de Icaraí e no Campo de São Bento, além de concurso de redação para alunos da cidade, com o tema

“Niterói e o Meio Ambiente - Problemas e Soluções” marcaram a Semana. Como uma lição de consciência ambiental, dez alunos da rede pública foram homenageados em sessão solene no Plenário Brígido Tinoco. Os estudantes, que participaram como finalistas do Concurso de Redação receberam troféus e certificados. Os primeiros colocados, julgados por uma comissão formada por professores, foram: 1º lugar – Carolina Lopes de Moura, do Colégio Estadual Pinto Lima; 2º lugar – Manoela Barros Mendonça, da Escola Municipal Honorina de Carvalho; e 3º lugar - Caroline Pinto, do Colégio Estadual Pinto Lima.

Também foram homenageados com a entrega do título “Ecologia e Ambientalismo”, Dante Luvisotto (Águas de Niterói), Élio Ferreira de Souza (OAB-Niterói) e Márcio Barbosa (Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do RJ).



Zaff entrega o prêmio a Carolina Lopes de Moura, primeiro lugar no concurso

Câmara prepara a festa dos 192 anos

Os preparativos para as comemorações pelos 192 anos de instalação da Câmara de Vereadores de Niterói, que acontece dia 11 de agosto, já mobilizam funcionários da Casa. Dia 29 de maio foi realizada no Plenário Brígido Tinoco a primeira reunião com as instituições públicas e privadas que vão participar da ação social das 10h às 17 horas na área de estacionamento da sede do Legislativo de Niterói.

Com a participação de instituições como o Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, secretarias estaduais e municipais, grupo de escoteiros, Pestalozzi, Andef, Conselho Tutelar e em-

presas como a Ponte S/A, a reunião serviu para que todas conhecessem a proposta de trabalho e dizer quais serviços poderá oferecer à população no dia do evento.

“Foi uma reunião produtiva e em que tivemos a adesão de diferentes instituições. Ficamos sabendo de que forma deverão participar para o sucesso do evento que oferecerá um dia inteiro de serviços para a população, como retirada de documentos, medição de pressão arterial, encaminhamento para empregos, campanhas de conscientização sobre meio ambiente e combate à dengue, além de atividades lúdicas para crianças, adultos e idosos”, prevê Bernardo Ribeiro, chefe de gabinete da Presidência da Casa. A comemoração de aniversário contará, ainda, com missa na Igreja de Nossa Senhora da Conceição e sessão solene na Câmara, com homenagem a personalidades do cenário político.



Wolney levou mesa e cadeiras de bar ao plenário para mostrar como atrapalham nas calçadas

Lei do Polo gastronômico em debate na Rua Nóbrega

A busca por uma solução que agrade moradores e proprietários de bares e restaurantes da Rua Nóbrega, no Jardim Icaraí, esquentou os debates no plenário da Câmara. De um lado, moradores insatisfeitos com abusos cometidos por alguns estabelecimentos; de outro, donos de restaurantes tentando uma solução. No meio campo, um projeto visando transformar a área em pólo gastronômico, para que a lei seja cumprida sem prejuízo para ambas as partes.

O vereador Rodrigo Farah, autor do substitutivo ao projeto de lei 05/2011, que altera o artigo 110 da Lei 2.264/08, explica: “Minha intenção é que o pólo gastronômico sirva para definir horários de abertura e fechamento; espaço a ser ocupado por mesas e cadeiras na calçada; como e onde devem ser feitas a carga e descarga; o tratamento acústico; e uma série de outras medidas. Nosso objetivo é fazer uma lei que contemple a todos e, por isso, queremos uma nova audiência para aprofundar o debate”, disse.

Falando em nome dos donos de bares e restaurantes, Adalberto Caviare reconheceu que abusos são cometidos, mas que não deseja embate entre moradores e co-

merciantes. “Não queremos aumentar o espaço que ocupamos, mas delimitar com jardineiras até onde podemos usar a calçada. A nossa presença evita a ação de flanelinhas, previne assaltos e furtos, bem como a panfletagem que suja a cidade. Em outros bairros, os comerciantes não se uniram para definir o que é permitido e as áreas ficam degradadas. Não queremos isso na Nóbrega”, afirmou.

Francione Fernandes, síndica de um dos maiores condomínios residenciais da Nóbrega, lembrou que a expansão do comércio fugiu ao controle de todos. “Só queremos o cumprimento do Código de Posturas. O preço dos imóveis caiu em função da confusão em que foi transformada a região. Só na Rua Leandro Motta, cerca de duas mil pessoas se aglomeram a cada noite”, contou.

Farah informou que está enviando cartas aos moradores e comerciantes da região detalhando o que propõe com as mudanças propostas ao Código de Posturas Municipais. “O objetivo do polo gastronômico não foi bem entendido num primeiro momento. Hoje o alvará misto permite que se

instale ali qualquer tipo de comércio: boate, academia, casa de jogos, qualquer coisa. Meu objetivo é evitar que isso aconteça e que os parâmetros urbanísticos estejam bem definidos”, explicou.

O vereador lembrou que a legislação prevê que o pedestre fique com 1,5 metro de calçada para circulação contado do meio fio. Pela nova proposta a medida seria tomada a partir da jardineira ou de qualquer outro mobiliário urbano.

Após o encontro no plenário da Câmara, comissões formadas por síndicos e comerciantes estão estudando o projeto e farão propostas aos vereadores. “Queremos uma solução harmônica que atenda a todos, como foi conseguida no Leblon, em Ipanema, na Gávea e em outros bairros do Rio. Faremos nova audiência pública, desta vez na própria rua, para buscarmos o consenso”, concluiu Farah. Participaram do encontro o secretário municipal de Segurança e Controle Urbano, Wolney Trindade; o administrador regional de Santa Rosa, Marcos Paulo Pereira; e os vereadores Renato Cariello, Renatinho, Zaff, Padre Ricardo e João Gustavo.

Incentivo às micro e pequenas empresas

A Câmara já está analisando a mensagem-executiva 16/2011 que prevê tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas, como também ao microempreendedor individual. Se aprovada a lei, em-

presas incluídas nessa categoria terão, por exemplo, preferência nas aquisições de bens e serviços pelo poder público; maior incentivo à geração de empregos e à formalização de empreendimentos. O projeto também contempla estímulos à inovação e ao associativismo; e até mesmo abertura e fechamento de empresas. A Mesa Diretora da Casa vai definir a data para que uma audiência pública discuta o projeto com a sociedade e os setores envolvidos no assunto.



Violência sexual é maior contra meninas

A exploração sexual de crianças e adolescentes foi discutida em audiência pública na Câmara de Vereadores. Os números divulgados pela coordenadora do Núcleo de Atenção Especial à Criança e ao Adolescente (Naeca), Marisa Chaves, dando conta de que, em um ano, 148 casos envolvendo violência contra crianças e adolescentes foram notificados, chocou a todos. A audiência, presidida pelo vereador Waldeck Carneiro, reuniu na mesa de trabalho Elianir Pacheco de Oliveira, representando a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos; Terezinha Vieira, representando os três conselhos tutelares de Niterói; Gabriele Brant, promotora do Ministério Público Estadual; Carlos Alberto Rodrigues, subsecretário municipal de Adoção. Também participou o vereador Renatinho, presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Criança e do Adolescente.

Dos 148 casos de violência contra crianças e adolescentes, 61% envolvem meninas. A faixa etária mais vulnerável fica entre zero e dez anos, sendo 50% dos registros referentes a agressões sexuais de diversas formas. O dado mais forte mostrou que em 24% dos casos o agressor é sempre o pai biológico; vindo o padrasto em segundo lugar com 18%. “É preciso que a Câmara lute para incluir na previ-



Waldeck Carneiro preside audiência pública sobre violência contra crianças

são orçamentária para 2012 recursos destinados às crianças. Mesmo as pessoas de melhor condição financeira devem ser atendidas na rede pública e não em consultórios particulares. Temos que articular, além da rede de proteção, os mecanismos de responsabilização aos agressores”, disse Marisa Chaves. A coordenadora vai propor à Câmara a elaboração de uma lei tornando obrigatória a notificação dos casos de agressão a crianças.

Waldeck Carneiro lembrou que o estatuto e as regras que regulamentam os conselhos tutelares em Niterói estão sendo analisados pela Câmara e diversas emendas foram propostas.

“O dia 18 de maio não foi escolhido de forma aleatória. Nesta data lembramos a morte violenta da menina Aracelli, no Espírito Santo, em 1973. Nossa cidade enfrenta grande dificuldade na elaboração de políticas de combate à violência infantil e esta Câmara não vai se furtar em cumprir o seu papel constitucional. Em agosto as inscrições que escolherão os novos membros para os três conselhos tutelares de Niterói estarão abertas e será um momento de reflexão”, disse Waldeck. A cidade possui conselhos funcionando nas regiões Norte, Centro e Oceânica.

Como atender à população de rua

O abandono da população de rua também reuniu autoridades em debate na Câmara. Sob o comando do vereador Renatinho, presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Criança e do Adolescente, estiveram reunidos o comandante do 12º BPM, tenente-coronel Paulo Henrique Moraes; o secretário municipal de Segurança e Controle Urbano, Wolney Trindade; e o representante da Rede de Proteção à População em Situação de Rua, Carlos Guimarães.

O comandante do 12º BPM disse que 49% das pessoas abordadas não aceitam qualquer tipo de ajuda; e que 74% querem permanecer nas ruas. “O que os aparelhos sociais decidirem fazer terão meu apoio, mas não sou especialista no assunto”, disse Paulo Henrique. Já Wolney Trindade contou que 80% dos que vivem nas ruas da cidade são oriundos de outros municípios.



O tenente-coronel Paulo Henrique fala na mesa presidida por Renatinho

Os palestrantes que trabalham na área social destacaram que a situação dos abrigos, sejam municipais ou estaduais, é precária. “Os abrigos negam até um copo d’água para quem passa na porta. Não há ninguém que queira ir para lá de forma espontânea. Hoje, no Abrigo Florestam Fernandes, por exemplo, está alojado todo tipo de pessoa. A rua acaba sendo mais segura”, contou Carlos Guimarães.

Homofobia em Niterói, não

No dia 24 de maio a Câmara sediou o lançamento da campanha estadual “Rio Contra a Homofobia em Niterói” e o vereador Leonardo Giordano informou que a cidade passará a contar com um Centro de Referência LGBT. “Será uma sede para desenvolvimento de campanhas, distribuição de material publicitário, educativo, atendimento psicológico, jurídico, recebimento de denúncias e uma série de ações para dar apoio à população LGBT. O combate à homofobia foi um dos grandes temas de discussão em todo o país durante o mês. A aprovação, por unanimidade, da união civil estável entre homossexuais no Supremo Tribunal Federal reforçou o debate que vem sendo reivindicado há anos por movimentos sociais”, afirmou Giordano.

Participaram da mesa o superintendente da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Cláudio Nascimento; o secretário de Projetos Especiais de Niterói, Gehard Sardo; a defensora pública Daniela Santana, representando o Fórum LGBT do Estado do Rio; Júlio Moreira e Victor de Wolf, da Associação Brasileira LGBT; além de Giordano, que presidiu o evento.



A bandeira do arco-íris, que simboliza movimento LGBT, estendida no plenário

O vereador, que é autor das leis que instituem o Dia Municipal de Luta Contra a Homofobia e a Semana da Diversidade, também esteve em Brasília para acompanhar o 8º Seminário LGBT no Congresso Nacional. O evento foi organizado pela Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT do Congresso e pelas comissões de Legislação Participativa; de Educação e Cultura; e de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Após o seminário e a 2ª Marcha Nacional Contra a Homofobia, Giordano elogiou o movimento em Niterói. “A cidade é uma das guardas do Brasil. Além de uma Parada do Orgulho LGBT, extremamente politizada, temos até um ponto de cultura LGBT. O trabalho feito por nossos representantes em Brasília foi elogiado por todos os presentes”, disse.



Volta dos desfiles à Avenida Amaral Peixoto mobiliza carnavalescos da cidade

Vereadores revitalizam o carnaval da cidade

Representantes das 41 agremiações carnavalescas da cidade, sambistas e pessoas das comunidades envolvidas com o carnaval participaram de audiência pública na Câmara, convocada pelos vereadores Paulo Bagueira, presidente do Legislativo; e Carlos Magaldi. Bagueira disse que muitos vereadores estão vestindo a camisa da revitalização do carnaval.

“É fundamental que tenhamos um plano de crescimento, um projeto de curto, médio e longo prazo e metas de desenvolvimento do carnaval. A nossa ida à Brasília em abril para audiência com o ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, e os entendimentos com a Petrobras para financiar oficinas através da Lei Rouanet, de incentivo à cultura, demonstram a importância que damos a este evento popular”, disse Bagueira. O primeiro vice-presidente, Carlos Magaldi, lembrou que a grande presença de público àquela audiência, numa quarta-feira à noite, “colocava o carnaval no lugar de onde não deveria ter saído”.

Para Ito Machado, presidente da União das Escolas de Samba e Blocos Carnavalescos de Niterói (UESBCN), é necessária a inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de verba para subsidiar os desfiles. “Temos que retornar a Avenida Amaral Peixoto, dar mais segurança e conforto ao público e aos sambistas e incluir a verba oficial no Orçamento anual da Prefeitura”, destacou.

Em meados de 2005, foi iniciado o processo de revitalização do carnaval, com a criação da UESBCN, após 15 anos de interrupção dos desfiles oficiais. Desde 2006, o evento acontece na Rua da Conceição, com organização de dirigentes da UESBCN, em parceria com a Prefeitura, através da Niterói, Esporte, Lazer e Turismo (Neltur).



NO PLENÁRIO



Bagueira (PPS)

Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal apresentou o projeto de lei 142/2011 obrigando a colocação de adesivo ou cartaz em local de acesso público e com letreiro de fácil visualização e leitura, em todos os estabelecimentos que vendam bebidas energéticas no município.

O cartaz deve conter informação alertando que o consumo desse tipo de bebida pode causar dependência, arritmias cardíacas e respiratórias, aceleração e perda de cálcio e magnésio pelo organismo e fortes dores de cabeça.

“Bebidas energéticas, consumidas em excesso, podem representar risco à saúde de jovens e causar efeitos adversos, sobretudo em pessoas que sofrem de diabetes, convulsões, alterações cardíacas ou distúrbios de humor e comportamento. Além disso, as propriedades conhecidas e desconhecidas dos ingredientes, combinados com os relatos de toxicidade, podem colocar algumas crianças em risco de eventos adversos à saúde”, explica o vereador.

Quem não cumprir a lei estará sujeito a multa equivalente a 250 Unidades Fiscais de Referência.

2613-6765
Gabinete 20
vereadorbagueira@gmail.com



Beto da Pipa (PMDB)

Roberto Fernandes Jales, o Beto da Pipa, aguarda parecer das comissões permanentes da Câmara para o projeto 10/2010. A lei, se aprovada, vai determinar que as consultas médicas e exames de saúde de um modo geral, sejam realizados no prazo máximo de três dias para pacientes com idade superior a 65 anos, portadores de deficiência física e gestantes.

O autor explica os motivos que o levaram a apresentar o projeto: “Nossa intenção é que, na marcação de consultas médicas e exames de saúde para as pessoas mais idosas, deficientes e mulheres grávidas, uma vez que necessitem de urgência para tais procedimentos, a espera não possa ser longa. Não podemos prejudicar o tratamento médico”, diz ele.

Beto da Pipa também teve aprovado seu pedido de concessão do título de cidadão niteroiense ao vice-governador do estado, Luiz Fernando de Souza, o Pezão. A proposta foi aprovada com duas abstenções.

Beto preside a Comissão de Urbanismo, Transportes, Obras e Serviços Públicos; é vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente e membro de Constituição e Justiça e Redação Final.

2620-3179
Gabinete 87
betodapipa@yahoo.com.br



CAL (PP)

Milton Carlos da Silva Lopes, o Cal, presidente da Comissão Permanente de Desenvolvimento Econômico e Indústria Naval (Codein) da Câmara de Vereadores, vem mantendo entendimentos com empresários dos setores naval e offshore da cidade.

Cal, que antes de assumir a Codein ocupava a Secretaria de Indústria Naval, tem defendido junto ao empresariado um maior investimento na qualificação da mão de obra local. “O que venho discutindo, tanto nas reuniões da comissão como nos estaleiros, é que sejam criados mecanismos para qualificar os jovens que querem entrar no mercado. Defendo a implantação de escolinhas, como nos clubes de futebol e nos colégios, só que para formar soldados, torneiros, engenheiros, técnicos, foguistas, eletricitas, metalúrgicos das mais variadas especializações. O próprio estaleiro, ao final do curso, ficaria encarregado de absorver esses jovens”, diz Cal.

Ele ressalta que, com o funcionamento do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, o Comperj, e com as novas descobertas de campos petrolíferos em Campos, a procura por mão de obra não vai parar de crescer.

2622-2911
Gabinete 38
vereadorcalcamaradeniteroi@yahoo.com.br



Carlos Macedo (PRP)

Carlos Alberto de Macedo, presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Defesa do Consumidor e Direitos do Contribuinte, defende mudanças no horário da realização das audiências públicas. Para o líder do Governo na Casa, o ideal é que elas sejam realizadas dentro do horário de expediente, de preferência à tarde.

“Nós estamos debatendo com todos os vereadores para chegarmos a uma decisão comum, que atenda aos interesses de todos e também aos funcionários que são deslocados para o trabalho de apoio. A Mesa Diretora baixou uma resolução determinando que uma estrutura maior de técnicos, administrativos e pessoal de apoio participe das audiências. Com elas acontecendo após as 20 horas, fica difícil”, explica Carlos Macedo.

Num primeiro momento, apenas as audiências públicas que debatam as leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e de Orçamento Anual (LOA) e mensagens-executivas serão feitas às 15 horas. “A presença de servidores do Executivo, que precisam participar dando apoio em determinadas audiências, está sendo difícil”, disse ele. Audiências já marcadas poderão manter o horário inicial.

2613-6814
Gabinete 50
carlosmacedo1@oi.com.br



Emanuel Rocha (PDT)

Emanuel Jorge Mendes da Rocha aguarda sanção do Executivo para o projeto de lei 214/10 que dispõe sobre a afixação de placa informativa em farmácias e drogarias contendo advertência quanto aos riscos da automedicação. O texto aprovado prevê que essas placas devem ter os seguintes dizeres: “*Tomar remédio sem prescrição médica e sem orientação do farmacêutico pode ser perigoso à saúde*”.

Da mesma forma que as pessoas trocam receitas de bolo ou dicas de restaurantes, costumam recomendar medicamentos que já tomaram e que deram resultado. Pessoas com problemas como dor de cabeça, dor nas costas, gripe, resfriados, dor de garganta, enjôo, cólica, dor de estômago, sempre encontram um vizinho, amigo ou familiar com uma indicação de remédio”, diz o vereador.

As placas ou cartazes devem ser confeccionados de acordo com critérios estabelecidos na lei, devendo ter dimensões suficientes para que as informações possam ser lidas a boa distância, sendo afixadas em locais de ampla visualização por parte dos clientes dos respectivos estabelecimentos.

2620-7313
Gabinete 80
dremanuelrocha@predialnet.com.br



Gallo (PDT)

Luiz Carlos Gallo de Freitas teve aprovado e convertido em lei o projeto 54/2011, que proíbe a fabricação, distribuição, exposição, venda e utilização de serpentinas, confetes e outros adereços metálicos ou metalizados.

“Ao mesmo tempo em que são bonitos têm, na mesma grandeza, o risco de queimaduras e choques elétricos. Muitos acidentes já aconteceram e acredito que a lei veio em boa hora”, disse Gallo.

O vereador também aguarda parecer das comissões quanto ao projeto 91/2011, criando o Programa Municipal de Segurança nos Estabelecimentos de Ensino Públicos e Privados. Se aprovado, todas as escolas de Niterói ficam obrigadas a implantar um sistema de acesso único, dotado de detectores de metais.

“Nossas escolas são vulneráveis, o incidente de abril em Realengo deixou isso bem claro. A tentativa de resguardar nossos alunos e coibir novas tentativas justificam tal projeto”, assegura o vereador. Pelo texto apresentado, todas as escolas terão que adotar medidas para assegurar apenas o acesso de estudantes, professores e funcionários, mediante o uso de crachá com leitura eletrônica, fotografia e o uso obrigatório de uniforme.

2620-4729
Gabinete 47
vereadorgallo@euvotogallo.com.br



NO PLENÁRIO



João Gustavo (PMDB)

João Gustavo Braga Xavier Pereira presidiu audiência pública que discutiu a implantação de um circuito turístico-religioso em Niterói. Representantes de diversas tendências e correntes religiosas estiveram reunidos para debater a proposta.

“Vamos apresentar o projeto ao prefeito Jorge Roberto Silveira, que o encaminhará aos órgãos competentes, para então darmos início à elaboração específica. Além da questão da fé, o circuito será fonte de geração de empregos e renda”, ressaltou o vereador.

João Gustavo também aguarda parecer das comissões para o projeto de lei 160/2011 que autoriza o Poder Executivo a isentar de pagamento, a título de fomento ao esporte olímpico brasileiro, todos os impostos e taxas de serviços públicos cobradas aos clubes ou associações que forem escolhidos como locais de treinamento das delegações dos jogos olímpicos e paraolímpicos do Rio, em 2016.

“É mais do que importante nós participarmos da preparação dos jogos olímpicos e deixarmos para nossa cidade um legado de equipamentos esportivos de qualidade para que o nosso município usufrua deles”, justifica João Gustavo.

2620-3732
Gabinete 58
gabinete@vereadorjoagustavo.com.br



José Augusto Vicente (PPS)

José Augusto Tavares Vicente teve transformado em lei o projeto 31/2011 de sua autoria. Ele determina que os prédios e construções dotadas de elevadores mecânicos para transporte de passageiros e cargas tenham em seus respectivos andares de embarque e desembarque um cartaz informativo e ostensivo, afixado em todas as portas externas, com os seguintes dizeres: “Antes de entrar no elevador, verifique se o mesmo se encontra parado neste andar”.

“A colocação de um cartaz visível serve para chamar a atenção das pessoas quanto à necessidade de verificar a presença da cabine antes do embarque. Trata-se de providência de baixo custo e de fácil cumprimento por parte dos responsáveis por edificações dotadas de sistema de elevador em nossa cidade”, explica José Augusto.

Condomínios comerciais, residenciais e proprietários exclusivos de edificações construídas em Niterói devem ser enquadrados na nova norma. A lei recebeu o número 2.835, foi publicada no Diário Oficial do Município em 18 de maio e já está valendo. Quem não cumprir poderá ser multado e o elevador interditado.

2613-6718
Gabinete 85
joseaugustovicente@hotmail.com



Leonardo Giordano (PT)

Leonardo de Souza Giordano apresentou o projeto de lei 144/2011 que institui o Estatuto da Juventude de Niterói. O projeto pretende reforçar a ideia de que o jovem não é apenas o futuro, mas também sujeito atuante na construção de uma sociedade, de fato, justa.

O vereador acredita que o estatuto consistirá em mais um passo no sentido do movimento que tem sido realizado em nível federal com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais legislações. O projeto é produto de discussões de uma série de movimentos e representações da juventude da cidade, dos quais se destacam entidades, centros acadêmicos e organizações não-governamentais.

Além do estatuto foi amplamente debatido no Conselho Municipal de entidades da UNES (União Niteroiense de Secundaristas), entidade com mais de 20 anos de história. De acordo com o vereador, o Estatuto da Juventude, portanto, cumpre um papel estratégico e fundamental para os jovens da cidade de Niterói.

Dentre diversos pontos importantes, o projeto de lei propõe a meia passagem para estudantes universitários e a carteirinha gratuita para estudantes.

2620-6754
Gabinete 72
vereador@leonardogiordano.com.br



Magaldi (PP)

Carlos Alberto Pinto Magaldi apresentou indicação ao Executivo pedindo para que, junto à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, providencie a fiscalização das empresas Ampla, concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica, e GVT, que explora serviços de telefonia e internet.

O vereador, primeiro vice-presidente da Mesa Diretora, disse que a locação dos postes da cidade para todo tipo de serviço está se tornando perigosa.

“A Ampla tem feito o que quer na cidade. Aluga seus postes para todo tipo de empresa. Telefonia celular, redes de TV a cabo, operadoras de telefones fixos e distribuidoras de sinal de internet. Não é possível, a cidade está se transformando em um grande varal. Além de feia, a situação é perigosa”, explicou.

Magaldi contou que, no bairro Riodades um poste caiu por conta do peso. “Eram tantos fios e cabos, que funcionário e poste vieram abaixo. Por pouco não aconteceu uma tragédia, não podemos esperar que aconteça para pedir providências”, disse. O acidente ocorreu perto da Praça 14 de Fevereiro.

2622-9760
Gabinete 44
vereadormagaldi@yahoo.com.br



Padre Ricardo (PDT)

Wilde Ricardo Rocha aguarda a tramitação pelas comissões permanentes da Câmara do seu projeto 157/2011. A lei, se aprovada, vai incentivar as escolas públicas a realizar, no decorrer do ano letivo, campanhas antidrogas, objetivando transmitir ensinamentos sobre as consequências do uso de entorpecentes.

Também prevê a realização de debates, palestras, seminários, encontros musicais, teatrais e atividades interdisciplinares sobre o tema antidrogas. Poderão ser convidadas a participar a comunidade escolar, pais de alunos, médicos, profissionais da saúde, representantes das secretarias da Saúde estadual e municipais, a Promotoria Pública, polícias Civil e Militar, e os conselhos tutelares.

“Meu projeto tem como foco criar campanhas prevenindo a disseminação do vício e objetivando preservar a saúde e a vida de crianças e jovens e, ao mesmo tempo, apoiar pais e responsáveis na educação dos filhos, munindo-os com o máximo possível de informações relativas ao assunto, sem falso moralismo, impondo limites com base em lógicas e não na simples repressão”, explica o vereador Padre Ricardo.

2620-0196
Gabinete 35
vereador.padrericardo@gmail.com



Renatinho (PSOL)

Geivaldo Ribeiro de Freitas, o Renatinho, apresentou o projeto de lei 128/2011, criando o Programa de Assistência aos Vitimados por Acidente Vascular Cerebral (AVC), a ser oferecido pela rede municipal de saúde de Niterói para apoiar, informar, orientar, tratar, reabilitar e reintegrar pacientes vitimados por AVC.

Para o desenvolvimento do programa e correto tratamento das seqüelas, deverá contar com equipes multidisciplinares formadas por médicos, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais, nutricionistas e terapeutas ocupacionais.

“No Brasil, a cada três mortes por eventos cardiovasculares, duas são por AVC e uma por infarto do miocárdio. Porém, para as pessoas que sobrevivem ao acidente vascular, a realidade é muito dura. Sequelas diversas podem limitar movimentos, linguagem e muito mais, levando o paciente à depressão”, afirma Renatinho.

Se aprovado o projeto, o vereador deseja que receba o nome de Lei Daniel Chutorianscy, médico que vivenciou todas as etapas sofridas pelos acometidos de AVC, inclusive ele próprio.

2620-5074
Gabinete 68
mandatorenatinho@yahoo.com.br



NO PLENÁRIO



Renato Cariello (PDT)

Renato Ferreira de Oliveira Cariello aguarda parecer das comissões da Câmara ao projeto de lei 30/2011 que dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de sacolas reutilizáveis pelos quiosques para os seus fregueses acondicionarem o lixo ou resíduos dos alimentos consumidos nesses estabelecimentos situados nas praias de Niterói.

“Nosso município possui um litoral com aproximadamente 15 quilômetros de extensão. Temos diversas praias para aproveitar e não podemos deixar que aquela sensação desagradável de chegar a elas e encontrar lixo espalhado, restos de comida e embalagens de alimento, afete esse hábito saudável que faz parte de nossa cultura local”, justifica o vereador autor do projeto de lei.

O projeto também prevê que as sacolas reutilizáveis devem obedecer ao disposto na lei estadual 5.502/2009, segundo a qual devem ser confeccionadas em material resistente ao uso continuado.

Cariello assumiu em maio a função de líder do PDT na Câmara, ocupada na legislatura passada pelo então vereador Felipe Peixoto.

2620-7935
Gabinete 67
renatocariello@oi.com.br



Rodrigo Farah (PRP)

Rodrigo Flach Farah apresentou o projeto de lei 35/2011, que aguarda parecer das comissões. O texto da proposta diz que será cassada a licença de localização e funcionamento do estabelecimento que vender, adquirir, estocar ou expuser produtos de qualquer natureza que sejam falsificados ou pirateados.

Também será cassado o cartão de autorização para o comércio ambulante daquele que vender produtos contrabandeados ou de origem duvidosa. Tais produtos são aqueles assim declarados em inquérito policial pelas polícias Civil ou Federal, ou comprovados por laudo pericial, elaborado por órgão ou entidades capacitadas, credenciadas ou conveniadas com a Prefeitura de Niterói.

“As penalidades e restrições previstas na lei, prevalecerão pelo prazo de cinco anos, contados da data de cassação, que se aplica, indistintamente, ao comércio, à indústria, ao importador, exportador e armazéns de estocagem”, explica Farah.

A suspeita da existência de produtos desta natureza poderá ser comunicada, por qualquer cidadão, diretamente ao órgão municipal competente.

2613-6832
Gabinete 42
vereadorrodrihofarah@gmail.com



Sérgio Fernandes (PDT)

Sérgio Fernando Damas Fernandes aguarda parecer das comissões para o projeto de lei 43/2011 que dispõe sobre a proibição do consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos ou qualquer outro produto derivado do tabaco nas dependências das escolas e instituições de ensino superior situadas no município.

O objetivo, segundo o autor da lei, é preservar um ambiente saudável, sem a presença das substâncias tóxicas do fumo em todas as dependências das escolas, cursos e faculdades. A proibição se estende às áreas descobertas como pátios e quadras, e o projeto visa contribuir com as leis já existentes no âmbito federal, estadual e municipal, que alertam quanto à nocividade do fumo.

“Vários fatores levam os jovens e adolescentes ao vício, podemos citar alguns, como a imitação de pais, amigos e professores, a necessidade de aceitação da turma, a ilusão de que fumar antecipa a vida adulta, a ansiedade etc. Na adolescência, o indivíduo está buscando recriar sua identidade que, até então, era de criança. Para alguns grupos, o cigarro aparece como um sinal de rebeldia e maturidade”, diz o vereador.

2613-6782
Gabinete 51
vereadorsergiofernandes@yahoo.com.br



Vitor Júnior (PT)

José Vitor Vieira Bissonho Junior presidiu em junho audiência pública para discutir o atraso de dois anos para conclusão das obras do empreendimento imobiliário Grand Valey, em Icaraí. Com o encontro, o vereador atendeu a reclamação das famílias prejudicadas face aos constantes adiamentos de entrega e trouxe ao plenário representantes do poder público, do setor imobiliário e dos consumidores.

“Pedimos aos compradores que se sentiram lesados ou prejudicados de alguma forma, que trouxessem toda e qualquer documentação que pudesse ajudar no processo para enviarmos ao Ministério Público. Nada justifica um atraso tão grande. Primeiro, anunciaram que a entrega seria em 2010; depois, passou para 2011 e, agora, anunciam para 2012”, lembra o vereador.

Os compradores presentes reclamaram que houve mudanças no projeto original, com alteração de acesso e diminuição da área total do terreno. O promotor Augusto Vianna assegurou que a audiência foi de extrema importância para a investigação do MP. O Grand Valey é composto de 219 apartamentos, que começaram a ser vendidos em 2007.

2613-6797
Gabinete 21
vereadorvitorjunior@gmail.com



Waldeck Carneiro (PT)

Waldeck Carneiro da Silva presidiu audiência pública que apresentou à população o projeto arquitetônico para transformar o antigo Cinema Icaraí em arena multiuso. Pela proposta baseada em projeto de uma aluna da Universidade Federal Fluminense, o espaço abrigaria a sede da Orquestra Sinfônica Nacional (OSN) e poderia, também, somar-se a outras atividades culturais.

“Na ocasião, o reitor Roberto Salles elogiou a proposta e deixou claro que a universidade está aberta a outras alternativas”, lembrou Waldeck Carneiro.

A UFF está mantendo entendimento com os proprietários do imóvel, tombado pelo Patrimônio Artístico, Arquitetônico e Cultural, para concretizar uma oferta de compra. Durante o encontro foi destacado o fato de que cidades, de diferentes países, têm conseguido com sucesso, aglutinar diversas formas de expressão cultural num mesmo espaço. A OSN, considerada um patrimônio nacional, é formada por 82 músicos e recebeu investimentos de R\$ 500 mil, segundo dados do reitor Roberto Salles. Os vereadores Leonardo Giordano e Renatinho também compareceram à essa audiência pública.

2621-0505
Gabinete 11
vereadorwaldeck@gmail.com



Zaff (PDT)

José Antonio Toro Fernandez apresentou o projeto de lei 68/2011, criando o Programa Agente Ambiental Voluntário em Niterói, com a finalidade de propiciar a toda pessoa física ou jurídica, que preencha os requisitos necessários para dar auxílio, de forma voluntária, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade.

Pela proposta, caberá ao agente atuar na vigilância do cumprimento da legislação de proteção ambiental, no que couber ao município. O voluntário poderá atuar em questões ligadas à educação ambiental; proteção, preservação e conservação dos recursos naturais; fiscalização de agressões contra o meio ambiente; na prestação de informações a visitantes; e uma série de outras iniciativas.

“O objetivo é dar oportunidade a todos os que desejam colaborar na preservação ambiental, através de norma que facilite a adesão. O cidadão pró-ativo envolvido em ações voluntárias contribui com sua comunidade e, mais do que isso, torna-se uma pessoa mais consciente e competente em relação à sua vida profissional e social”, enfatiza. Zaff preside a Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

2620-1321
Gabinete 89
zaff@zaff.com.br



Faltam 23 mil moradias para a população carente

Os graves problemas habitacionais enfrentados pela cidade foram discutidos pela Câmara de Vereadores, que recebeu representantes do Executivo e da Latus Consultoria _ empresa contratada para traçar o diagnóstico e prever soluções para Niterói. A estimativa é a de que há um déficit de 23 mil moradias para a população de baixa renda. A informação foi dada pela consultora Cláudia Damásio, da Latus, durante audiência comandada pelo presidente da Comissão de Urbanismo da Casa, vereador Beto da Pipa. Também participaram o superintendente da Caixa, Raimundo Macedo; o secretário e dois subsecretários municipais de Habitação, Marcos Linhares, Regina Célia Ribeiro e Fernando Amado, respectivamente.

“Queremos ter uma visão isenta das influências locais, mas ouvindo toda a sociedade. Faremos reuniões locais temáticas em diferentes regiões da cidade e audiências públicas serão convocadas ao final de cada etapa de trabalho”, revelou Damásio. No fim de maio, o presidente Paulo Bagueira recebeu o secretário Marcos Linhares para, junto com sua equipe, apresentar a metodologia que seria aplicada ao Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Niterói. A arquiteta Cláudia Damásio apresentou o projeto em todas as suas



O secretário Marcos Linhares fala na audiência pública sobre o plano de habitação presidida por Beto da Pipa

etapas. Participaram do encontro no Gabinete da Presidência os vereadores Renato Cariello, Vitor Junior, José Augusto Vicente, Renatinho, Padre Ricardo, Carlos Macedo, Zaff, Leonardo Giordano, Waldeck Carneiro; Beto da Pipa, Gallo e Rodrigo Farah.

O Plano de Habitação vai prever, além da construção, reforma, e regularização fundiária, a urbanização do entorno das moradias. “As primeiras 440 unidades vão ser entregues no

Morro do Castro para pessoas com renda familiar de três a seis salários mínimos”, revelou o secretário de Habitação.

A mensagem 13/2011, enviada pelo prefeito Jorge Roberto Silveira, também está sendo discutida na Câmara. A proposta visa alterar o Artigo 2º da Lei Municipal 2.574, de 15 de setembro de 2010, para permitir que as famílias de baixa renda tenham isenção do ITBIM (Imposto sobre a Transmissão de Bens Móveis).

Construção de escola cria polêmica no Bairro Peixoto

A construção ou não de uma escola fundamental no Bairro Peixoto, na Região Oceânica, entrou na pauta da Câmara de Vereadores em maio. Tendo à frente o vereador Beto da Pipa, presidente da Comissão de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos, autoridades e moradores compareceram à Câmara para expor pontos de vista diferentes. Enquanto a secretária municipal de Educação, Maria Inez, destacou os motivos que levaram à escolha do local; moradores argumentaram com motivos contrários. Depois do encontro, ficou definido que nova rodada de debates

será realizada, desta vez na comunidade.

— Esse é o papel da Câmara, a intermediação que nós, vereadores, estamos sempre buscando. Há uma necessidade clara apontada pela secretária para a construção de uma escola. Os moradores não são contrários, mas afirmam que o local escolhido não é a melhor opção. Vamos buscar um meio termo que atenda a todos — destaca Beto da Pipa.

O debate aconteceu por conta da mensagem executiva 10/2011, enviada pelo prefeito Jorge

Roberto Silveira, pedindo a desafetação de uma área pública no bairro, antes destinada à construção de uma praça.

Segundo o vereador, “o projeto apresentado pela secretária de Educação deixou clara a intenção de preservar o espaço dos moradores. Apenas 52% do terreno, de 3.940 metros quadrados, seriam destinados à construção da escola. A praça não seria esquecida e ainda ganharia uma quadra poliesportiva que serviria tanto à comunidade, quanto aos estudantes”, disse o vereador.



Um relógio digital no alto da tribuna agora cronometra o tempo de cada vereador

Para tornar mais dinâmico o uso da tribuna durante as sessões plenárias, a Mesa Diretora instalou um cronômetro que é disparado sempre que o vereador ultrapasse o tempo regimental em discursos e apartes. A novidade vale para o pequeno e o grande expediente. Por ora, o aparelho apenas marca o tempo, sem tocar o alarme. Novas reuniões serão realizadas, com todos os vereadores, para definir os critérios.

As audiências públicas também serão cronometradas e o presidente Paulo Bagueira determinou a presença em plenário de um procurador, um consultor técnico, funcionários da taquigrafia, do serviço de atas e do Cerimonial em todas elas. “O Departamento-Geral de Administração e

Tribuna com tempo cronometrado

Recursos Humanos fará a escala dos servidores. O comparecimento deles é obrigatório e independe das atribuições habituais de cada um”, disse Bagueira.

O ato do presidente foi publicado no Diário Oficial em maio. “Vamos permitir aos vereadores, entidades da sociedade civil e cidadãos aperfeiçoarem as discussões de temas relevantes para a vida política, administrativa, financeira e social da cidade”, ressaltou o presidente.

Quanto à instalação de um cronômetro, Bagueira resalta que a ideia partiu do conjunto dos vereadores. “O objetivo é organizar os trabalhos. Vamos cronometrar o tempo usado na tribuna e nos apartes com o marcador digital”, salientou. Atualmente, os vereadores podem se expressar sobre temas e assuntos da cidade em dois momentos – no pequeno e no grande expedientes, usando cinco e 15 minutos do tempo –, além de em discussões sobre projetos, requerimentos e indicações.

O primeiro vice-presidente, Carlos Magaldi, apoia as novas regras. “Já estava na hora de se tornar o uso da tribuna mais dinâmico e dentro das regras do bom senso. Quando assumo a Presidência, sou um dos mais intransigentes com a questão do horário”, disse ele.

Cantarino recebe medalha Albert Sabin

O ex-secretário estadual e municipal de Saúde, médico Gilson Cantarino, foi homenageado, no início de junho, pela Câmara dos Vereadores. Em sessão solene aprovada pelo plenário, por iniciativa do vereador Carlos Magaldi, o ex-secretário recebeu a Medalha Albert Sabin e o Título de Cidadão Benemérito.

No primeiro governo do prefeito Jorge Roberto Silveira (1989-1992), Cantarino enfrentou uma epidemia de dengue pedindo ajuda do governo cubano para combater a doença que começava a ficar fora de controle em várias regiões do país, notadamente no Estado do Rio de Janeiro. Cuba tinha conhecimento técnico e cien-

tífico para o enfrentamento da epidemia.

Ele foi também responsável pela implantação do Programa Médico de Família em Niterói, mais tarde levado a todo o Brasil com o nome de Saúde da Família. O ex-secretário foi um dos responsáveis pela implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, e foi presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. Também foi secretário estadual de Saúde no governo Anthony Garotinho.

Entre as personalidades presentes à sessão solene, estavam o ex-prefeito Godofredo Pinto;



Cantarino recebe de Magaldi o título de Benemérito

o vice-prefeito José Vicente Filho; os secretários municipais, Michel Saad (Governo); Euclides Bueno (Saúde); Tânia Rodrigues (Acessibilidade) e Miguel Vitoriano (Integração Comunitária).



NA HISTÓRIA

Defesa do meio ambiente começa com Paulo Alves

Reprodução/Arquivo da Câmara

Nos dias de hoje, quando a preocupação com a preservação do planeta está em alta, repercute como politicamente correta qualquer iniciativa de defesa dos recursos naturais. Entretanto, no início do século XX, poucos se aventuravam a levantar questões ligadas ao meio ambiente. Em Niterói, um dos pioneiros foi Paulo Ferreira Alves, que apesar de ter sido prefeito por apenas dez meses, de 4 de janeiro a 9 de novembro de 1904, teve a iniciativa de mandar conservar as matas e florestas, condenar a derrubada de árvores que era feita indiscriminadamente nas ruas e praças, além de instituir o Serviço de Arborização e elaborar estudos para a urbanização do Campo de São Bento, a maior área verde e pulmão da Zona Sul.



O prefeito Paulo Alves criou um serviço próprio municipal para a limpeza domiciliar em Niterói

Em 1890, Paulo Alves participava como engenheiro da concorrência para a construção da primeira rede de esgotos de Niterói, vencida pela Empresa de Obras Públicas do Brasil. Mas em seu mandato promoveu a revisão da planta dessa rede, obra somente executada em 1912 por Feliciano Sodré.

Paulo Alves também foi o primeiro a se preocupar com a exploração do potencial turístico de um paraíso, a Região Oceânica. O prefeito queria ligar a região ao Centro e a outros bairros da cidade de forma mais eficiente, o que aconteceu, de fato, apenas em 1973.

Segundo Emmanuel de Macedo Soares e Emílio Eigenheer, em "Subsídios à história da Limpeza Urbana de Niterói", fruto de pesquisas que utilizou, entre outras fontes, documentos guardados no Arquivo da Câmara Municipal, em 22 de março de 1904 tomavam posse os primeiros vereadores eleitos após a criação da Prefeitura. O Legislativo perdia, então, as funções executi-

vas, que acumulava desde 1819.

Como primeiro prefeito de Niterói, Paulo Alves lançou as bases para grandes projetos urbanísticos, tentando desenvolver a antiga capital em curto espaço de tempo. Em 30 de junho de 1904, como líder do prefeito, o vereador José Ferreira de Aguiar fez a defesa do projeto autorizando a contratação de empréstimo (interno ou externo) para uma série de ações. Entre elas, a compra de equipamentos para incineração do lixo e a criação da Limpeza Pública.

Ele tentou obrigar Antonio Ferreira de Oliveira a reformar a ponte de despejos na Ponta da Armação da Empresa de Remoção de Matérias Fecais, mas foi derrubado por decisão da Justiça. Antonico da Titica, como o povo chamava o empresário, teria que construir ainda uma caixa d'água junto à ponte para a lavagem das carroças usadas

no serviço, mas o juiz municipal Bernardino Cândido de Almeida e Albuquerque interdi- tou a obra e nada foi feito.

Sempre preocupado com as questões ambientais e com a qualidade de vida do homem, Paulo Alves criou o Serviço de Higiene Defensiva e a Polícia Sanitária, mais tarde transformada em Diretoria Municipal de Higiene. Também são do governo Paulo Alves a criação do Departamento de Limpeza Urbana e os serviços de Arborização e Apreensão de Animais.

Essas e outras curiosidades sobre a cidade podem ser pesquisadas no Arquivo Administrativo e Pesquisa Divaldo Aguiar Lopes, da Câmara de Vereadores. São 2,3 milhões de documentos, sendo 11.492 deles considerados de altíssimo valor histórico. O Arquivo está aberto à visitação, bastando que seja solicitada ao Gabinete da Presidência.